

Brasília, uma
cidade ainda
em discussão

(Página 5)

Campus

Jornal-laboratório do Departamento
de Comunicação da UnB.

Nº 56 Segunda
Quinzena Setembro 1983

Cora Coralina
poetisa maior
do Centro-Oeste

(Página 10)



O BRASILEIRO QUER MAIS TERRA E COMIDA

O brasileiro está comendo o pão que o diabo amassou. A crise econômica anda braba e há muita gente matando cachorro a grito. O tempo de comer calango assado já chegou, os flagelados que o digam. A mesa do brasileiro encontra-se desfalcada de alimentos básicos por conta do desemprego, do baixo poder aquisitivo e de uma política agrícola e agrária ineficaz. É comum ouvir que o brasileiro não sabe comer. A questão não é esta e sim de não ter dinheiro para comprar alimentos que possam suprir as necessidades protéicas exigidas pelo organismo.

Páginas 6, 7 e 9



Luiza Venturini

Na UnB estão sobrando alunos



Sandra Thiana

Segundo dados do MEC, a UnB, é a fundação universitária federal que tem a menor relação aritmética entre o número de docentes e o de alunos. Sentindo na pele as consequências disto — falta de vagas e de oferta de disciplinas — os alunos de vários departamentos reagiram e passaram a exigir mais professores. Como resultado, já há dois departamentos em greve (Odontologia e Processamento de Dados) e parece iminente que o mesmo ocorra, nos departamentos de Serviço Social e de Comunicação. Neste, o Colegiado decidiu que o ingresso no curso só poderá ser feito por vestibular. Já os alunos de Odontologia e Processamento querem também melhores condições de ensino. Velhos problemas pedem novas soluções (Página 3)



Plim-Plim pro Nordeste..né!

Ôxente! bichinho, depois do PDS só faltava a Globo des-
cobrir o Nordeste... problema da fome no Nordeste que remontam ao período republicano e antes, como dizia o grande guru do ópio popular Joãozinho Trinta, era preocupação para "intelectual" e agora virou meta global. Só que como potência nacional até a Globo se superestima. Vejam só, onde já se viu resolver em um só dia um problema secular? O assistencialismo jamais resolverá um problema político tão grande. O bom e velho Henfil quando pisou este santuário (ou sarcófago, sei lá eu) da intelectualia candanga afirmou: "O Nordeste precisa é de advogado". Mais do que certo, pois na semana seguinte já se denunciava pela imprensa que as frentes de trabalho que o Governo tem promovido no Nordeste (a nível paliativo) têm sido usadas para construir açudes em terras particulares. Como já dizia a CNBB, o Nordeste precisa é de vara para pescar e não de peixes. Ou então, só atacando de Dudu Dusek, "O problema do nordeste... é não ter piscina". (Paulenia, Campus)

O direito de nascer

Fala-se muito ultimamente, sobre o controle da natalidade. Em jornais, revistas e televisão, o governo brasileiro lança seu balão de ensaio, para saber a reação do povo brasileiro se for colocada em prática a política exigida pelo FMI. Mas, o que o nosso padrinho norte-americano não sabe é que há muito

esse controle já vem sendo aplicado, mesmo sem ter sido oficialmente anunciado. Segundo dados fornecidos pelo IBGE, entre os anos de 1979 e 1981 houve um decréscimo no número de nascimentos em cerca de 1 milhão de crianças em todo o Brasil. Para espanto geral, foi no Norte e Nordeste onde se evidenciou uma diminuição de quase 50% dos nascimentos. Para se ter uma idéia, no Norte — onde em 1979 nasceram 402.892, crianças —, em 1981 esse número baixou para 284.598. Já no Nordeste a relação foi de 2.312.000 para 1.917.000. Mas qual seria a causa? Estariam o Norte e Nordeste passando por um processo de "autoconscientização?" ou seria produto da extrema falta de condições de sobrevivência naquelas regiões? Ainda segundo o IBGE, o índice de mortalidade das crianças com menos de 1 ano de idade nas duas regiões chega a 10%. Em suma, o "controle da natalidade" já foi implantado nas regiões Norte e Nordeste, restando apenas chegar às mais desenvolvidas, ou melhor às mais pobres. Mas não se preocupe Sr. FMI, pois do jeito que vamos dentro em breve não nascerá mais ninguém aqui. (Ieda Prestes, Campus).

O dissidente palaciano

(quem antes observava o pouco cada vez mais profundo das dissidências dentro do PDS, esbarra agora com uma divisão palaciana capaz de, sozinha, bater de longe as primeiras: Aureliano Chaves, no último dia 6 afirmava, em conversa informal com parlamentares mineiros, que se a articulação política do Palácio do Planalto com vistas à escolha do sucessor de Figueiredo fizer alguma molecagem com ele, não se acanhará e partirá para a luta independentemente do sinal verde de Figueiredo. Sem dúvida alguma a interinidade no

poder somou a Aureliano Chaves experiências e atitudes dificilmente concebíveis, pois o que se vê e o que se sente não são simples desentendimentos partidários mas sim perigosas e singulares incompatibilidades nascidas de dentro para fora do Executivo. E o que é mais significativo: vem do vice-presidente que, em 43 dias no poder, dialogou mais com a sociedade do que o Figueiredo em 54 meses de governo. (Marcelo Vieira, Campus).

Moscou contra 007

Com o ímpeto de um cowboy, papel para o qual foi incompetente em sua carreira de ator em Hollywood, o presidente Reagan disparou uma saravada de acusações ao governo de Moscou. A derrubada pelos soviéticos do avião sul-coreano animou Reagan para uma nova onda de guerra fria, acompanhado por seu ajudante, o secretário de Estado George Shultz. "Esse cara é um Shultz no saco", reclamou o chanceler russo Andrei Gromiko ao final de mais uma conferência. Só que as retaliações dos russos, como o noticiário da imprensa deixaram escapar um detalhe importante, que prova ser o avião derrubado um aparelho espião. Ninguém observou que o número do voo era 007. Quero ver agora como os americanos vão negar. Sai dessa Ronald. (Nelson Luiz — Comunicação).

Crise crítica

Há três formas de viver a crise. Uma, é achar que ela não existe porque os aviões de carreira continuam voando. Outra, é achar que ela é grave e

é preciso derrubar os aviões. Outra, é perceber que ela existe, voar nos aviões e fazê-los aterrissar. De Qualquer forma vivemos hoje envolvidos pela crise em todas as instâncias das nossas vidas. E atitudes são necessárias para superá-las quando ela se instala em cada um de nós. A crise do conhecimento, do pensamento, da criatividade, da autenticidade, da cidade, dos governos. A crise pode atingir o ponto crítico de imobilizar todos os instintos reativos das pessoas e estagnar a Nação com seus milhões de habitantes. É preciso que uns poucos indivíduos (que manipulam com a crise maior) percebam que é necessário para própria sobrevivência que haja mais mobilidade e inteligência no ar. Recessão, estagnação, estagnação, desmembramento, guerra, vão contra toda a possibilidade de ação necessária para o momento atual que deve ser de união e eleição de todos os pontos mais importantes para sairmos da crise. Crise de percepção e saber que não nos levam a agir, a mover. Enquanto a crise se movimenta e cresce sem a nossa concordância, vamos nos imobilizando no sentido contrário à ação. Ela se avoluma enquanto a impotência de atitudes e partidos certos diminuem a possibilidade de serem tomados. (Pedro Coe, Campus)

Perdão pelos nossos erros

Fazer um jornal-laboratório tem suas limitações. Mas tem também suas vantagens. Uma dessas vantagens é poder errar e aprender com os nossos erros. Mas, quando erramos em prejuízo dos leitores, temos que vir a público pedir desculpas. E

o que fazemos nesta edição, a propósito de problemas acontecidos com a edição passada. O Campus nº 55 saiu com diversos erros de revisão, porque nossa equipe não foi articulada a tempo para acompanhar a finalização do jornal na gráfica. Foi a primeira vez que isto aconteceu e o fato se prendeu às dificuldades que às vezes surgem no início de cada semestre. Afinal, o Campus não tem uma equipe permanente. Nossa redação se renova a cada semestre, o que ocasiona problemas de acompanhamento do trabalho jornalístico em todas as suas etapas. Podemos afirmar que esses problemas já foram resolvidos e esperamos que os erros de revisão que aconteceram daqui para a frente sejam apenas os chamados "inevitáveis". (A Redação).

A difícil viagem da paz

Raro. Magnífico. Um filme de todos os corpos, tons, sons e cores. Assisti ao filme com o público magnífico de 15 pessoas. A Difícil Viagem. E a UnB ainda se edita como uma universidade que possui um nível cultural elevado. Dá pena. Malu, Geraldo Moraes, Paulo José, Roberto Bonfim, transam-se num filme onde a voz oculta de Deus fala pelo brilho dos olhos de que ao sentir o filme veeja pelas luas e sóis da vida do karma transcendental. A direção e o roteiro são as formas marcantes do espetáculo. Chaplin me abençoa e a lira paulistana de música alternativa me escuta na alma do filme. E preciso que a poesia se teça em Geraldo, que nos gerou um grande filme com rara sensibilidade e afetividade sublime. A Difícil Viagem, Viagem Difícil nessa virgula que agora coloquei pois, o filme é livre não deixando de transmitir as profundezas de se ser. PAZ. (anand rao).

ESPAÇO

Há dez anos a política agrícola brasileira voltou-se quase que exclusivamente para a exportação. Culturas como a da cana de açúcar e da soja vêm tomando desenfreadamente os espaços antes destinados à produção de alimentos básicos à mesa dos brasileiros.

Para a importação do arroz será reservado, este ano, um total de 100 milhões de dólares. O feijão e o trigo tiveram suas áreas de plantio reduzidas paulatinamente. Alguns produtos hortigrangeiros estão a um passo da extinção. As frutas típicas há muito tempo perderam a simpatia dos dirigentes da política agrícola deste país tropical. O milho, que até alguns anos atrás destinava-se apenas ao consumo interno e por este motivo também detinha uma pequena área, hoje recebe incentivos e mais hectares pelo fato do Brasil ter firmado contrato de exportação de aves com os árabes.

Com esse tipo de política, quem sai folgado e beneficiado são os donos das grandes áreas, que atualmente atingem uma soma de 53 mil proprie-

Fome: omissão do governo

(Luiza Modesto)

tários (apenas) para 50% do total de terras agricultáveis existentes no Brasil. Os pequenos proprietários, imprensados que estão, sentem dificuldades em continuar sua luta diária contra a lei do mais forte. E alguns, não suportando as adversidades da luta desigual, são forçados a perder seu espaço e vão engrossar as fileiras dos desempregados, dos sem-terra.

Não se explica que um país tão grande, de dimensão quase continental, opte por uma política agrícola que vise apenas trazer divisas na tentativa de conseguir ajudar no pagamento da nossa (nossa?) dívida externa, esquecendo-se que deve, também, alimentar o seu povo faminto. Pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 70% da população brasileira possui um nível péssimo de alimentação devido ao desemprego, ao encarecimento

dos produtos básicos e ao baixo poder econômico.

Hoje, nós temos 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra para trabalhar e 288 milhões de hectares de latifúndio, muitos dos quais ociosos, o que faz surgir inúmeros conflitos por posse e uso de terras e assassinatos impunes. Como foi o de dona Margarida, 40 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba.

Chegamos ao ponto nevrálgico da questão agrícola e agrária no Brasil. Não faltam entidades, partidos políticos ou pessoas isoladas que acreditam que uma reforma agrária séria e urgente venha minimizar o problema dos bolsões de desemprego deste país tido como o futuro "celeiro do mundo" e de reconhecida vocação agrícola. Até mesmo o Governo tem-se mostrado sensível à questão agrária criando o Ministério Ex-

traordinário para Assuntos Fundiários, sob a direção do ministro Danilo Venturini. Esse ministério surgiu próximo às eleições e, de concreto, até agora não atingiu seu "objetivo", que é a distribuição de terras e nem conseguiu diminuir os conflitos pela sua posse. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, estes conflitos não foram resolvidos. Pelo contrário, eles têm se intensificado. De janeiro a junho do ano passado, o número de conflitos era de 93. Considerando esse mesmo período, já aconteceram 246 neste ano, comprovando que a criação daquele Ministério não veio ajudar em nada no que diz respeito a questão agrária.

Enquanto isso, pessoas são mortas, o desemprego continua se agravando, as grandes cidades invadidas por levas e mais levas diárias de ex-trabalhadores rurais e, como se isso não bastasse, 21 milhões de brasileiros subsistindo com a presença insistente da fome e da desnutrição.

Luiza Modesto é editora de Nacional do Campus

Campus

Jornal — laboratório do Departamento de Comunicação da UnB. Supervisão editorial: profs. Arcelina Helena, Carlos Augusto Setti e Murilo Cesar Ramos. Editoria de Fotografia: prof. Luiza Venturelli. Diagramação: Vitorino N. de Souza (JBr) e Guilherme Soares (Campus). Editores: Marcelo Coelho, Paulenir Constandino e Pedro Coe (UnB); William Santiago e Ieda Prestes (Comunidade); Ilara Viotti, Luiz Modesto e Marcelo G. Vieira (Nacional); Humberto Pereira e Sandra Fernandes (Internacional); Armando Bulcão e Cristina Gutemberg (Cultura); Luiz R. Nader e Sheila Perru (Ciência).

Redação: Anand Rao, Carlos A. de Almeida, Catia de Abreu e Souza, Dêrcio Rodrigues, Diogo Neto, Glória Carvalho, Guilherme Soares, Heloisa Vieira, Jurema Campos, Kido Guerra, Lavina Ribeiro, Leda Pinto, Luiz C. Alves, Liliam Mandel, Manuel Hollanda, M. Amélia Bezerra, M. Cristina Bezerra, Rodrigo Fonseca, Rosene Reis e Sarita Carvalho.

Endereço: Departamento de Comunicação/UnB, 70.910 Brasília-DF. Telefone: 274-0022 r. 2463.

Prossegue discussão sobre o fim da 6733

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados deu sinal verde para o projeto de lei do Executivo que revoga a Lei nº 6733 para as fundações universitárias. O parecer do relator da Comissão, deputado Rômulo Galvão (PDS/BA), não inclui nenhuma das emendas que vinham sendo reivindicadas pela ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior). O deputado baiano garantiu que já está entrando em "novos entendimentos" com as lideranças partidárias no sentido de incluir uma destas emendas, a que diminui o prazo para a elaboração da lista sextupla de 12 para 6 ou 8 meses.

Já o deputado Wall Ferraz (PMDB/PI), membro da Comissão, pediu vistas ao projeto e pretende apresentar emenda mais ampla. A proposta do deputado do PMDB, além de pedir a antecipação do prazo de escolha para lista sextupla, pretende ainda vetar a recondução dos reitores que já tenham exercido mandatos anteriores. A medida beneficiaria apenas os reitores que tenham sido nomeados a menos de dois anos, permitindo que eles possam fazer parte da lista sextupla, mas somente com o objetivo de concluir o tempo que faltava para completar 4 anos de mandato.

Segundo Wall Ferraz, sua emenda depende somente da aprovação da liderança do partido para ser em seguida encaminhada à Comissão de Educação e Cultura. Isto deverá ocorrer até o fim desta semana. Caso seja acatada: a emenda representará um grande avanço, mas com um enorme inconveniente pois possibilitaria a recondução do reitor da Universidade de São Carlos através da inclusão dele na lista sextupla daquela instituição.

CONTRADIÇÕES

O deputado piauiense vê como necessária a emenda pois avalia que a aprovação do Projeto de Lei nº 1669 da forma como está, revogaria uma antiga Lei (a 5.540), e ao mesmo tempo entra em contradição com ela. Isto porque no seu parágrafo 2º do artigo 16 esta Lei torna impossível a recondução dos atuais reitores enquanto o projeto torna isto possível, pois permite que eles participem da lista sextupla.

Disse ainda o parlamentar que o projeto vem dividindo os políticos envolvidos em "azevedistas" e "não-azevedistas". Equivale dizer que os que são contra a aprovação de emendas não querem que o reitor da UnB seja prejudicado pela sua aprovação. Já os demais aceitam como válida a não recondução do reitor.

Na Universidade de Brasília, tanto docentes como alunos não têm procurado ainda abrir canais de negociação junto ao Legislativo para a aprovação das emendas. O descaso com que o assunto é tratado na UnB contrasta sobejamente com a velocidade com que ele vem "voando" pelo Congresso, já tendo passado por duas Comissões (Constituição e Justiça e Educação) que tem um grande número de outros projetos "enclalhados". (Paulenir Constanção).



Pela UnB, sucedem-se assembleias departamentais avaliando as deficiências do ensino

Faltam professores na UnB

Após o tumultuado período de reajuste, a Universidade de Brasília sofre agora um problema ainda maior: a falta de professores. Em consequência disto o Departamento de Processamento de Dados encontra-se em greve há mais de uma semana.

A greve foi decidida em assembleia realizada no dia 2 de setembro e deve continuar até que sejam atendidas as seguintes reivindicações: 1) contratação do professor Gentil José de Lucena Filho; 2) aumento da carga horária dos professores Marco Aurélio de Carvalho e Renato da Veiga Guadagnin; 3) contratação de 4 professores com dedicação exclusiva (DE); 4) criação do curso bacharelado em

Várias disciplinas de Processamento, só têm sido oferecidas porque o CPD/FUB fornece os técnicos para dar aulas

Ciência da Computação e criação do Departamento de Informática e, por último, a reformulação do currículo e a criação de um laboratório. Os alunos colocam os dois primeiros pedidos em caráter de urgência, já que três disciplinas foram canceladas por falta de professores.

Segundo Giovanni Manoel Saviano Greco, membro do CaProc — Centro Acadêmico do Processamento de Dados — desde a criação do curso, várias disciplinas obrigatórias só têm sido oferecidas porque o CPD/FUB fornece seus técnicos para ministrarem as aulas. Ele adianta que não existe qualquer remuneração por este trabalho e que os técnicos não possuem nenhuma formação didática. Os alunos pretendem paralisar suas atividades até que sejam atendidas pelo menos as duas pri-

meiras reivindicações.

O problema não fica restrito apenas ao Departamento de Processamento de Dados. No Serviço Social, a proposta de greve também parece iminente, já que os estudantes não se conformam com o fato de não poderem fazer o estágio por falta de professores. Para a maioria dos alunos, a única solução para que sejam atendidas as suas reivindicações — contratação de novos professores — é paralisar o Departamento por tempo indeterminado, já que a reitoria não mostrou nenhum interesse pelo problema. No entanto, o professor Roque Laraia, chefe do Departamento, acha que a contratação de dois professores já resolveria o problema do estágio. Ele disse que é muito difícil encontrar professores com o currículo necessário e que não se pode contratar qualquer Assistente Social. Quanto à resposta da reitoria, ele afirma que o reitor desconhece qualquer pedido de contratação de professores.

Clínica no Campus

No Departamento de Odontologia, que também está em greve desde o dia 5, não é a carência de professores que preocupa os alunos e sim a falta

Para Odontologia, não é a carência de professores que preocupa os alunos e sim a falta de "consultórios-modelo"

de "consultórios modelo", onde os alunos possam exercitar suas atividades profissionais. Segundo Edison José da Fonseca, estudante do 5º semestre. Os alunos estão estudando a possibilidade da construção de uma clínica odontológica dentro do próprio Campus. Para Edison, a

clínica é viável na medida em que se constituiria num investimento para a Universidade, já que poderia ser cobrada uma taxa de atendimento aos alunos, professores e funcionários.

Atualmente os estudantes cumprem estágios no Hospital Presidente Médici e contam com apenas 6 consultórios em funcionamento. Para eles, este número não é suficiente para atender a todos os alunos e além disso contam com a falta de material de consumo e os constantes problemas existentes no Centro Radiológico do INAMPS.

Com solução imediata, os alunos pretendem negociar, junto à Diretoria do INAMPS, a possibilidade de cumprir os trabalhos durante o período da noite, o que para eles seria uma das formas de enriquecer a formação dos profissionais desta área.

Entrada Proibida

Através de uma assembleia dos estudantes e de uma reunião extraordinária do colegiado no dia 2 de setembro, se fez necessário encaminhar ao professor Moysés Jacob Mandele — Membro da Comissão de Análise do Quadro de Docentes da UnB — e ao Reitor da Universidade de Brasília, professor José Carlos Azevedo, um relatório das necessidades de Departamento de Comunicação.

Visando evitar um possível estrangulamento para a próxima lista de oferta, até mesmo a do verão/84, o relatório consta das seguintes reivindicações: 1) contratação urgente — verão/84 — de um professor de tempo parcial para a área de Rádio, onde a matéria Rádio I deixou de ser oferecida por falta de professor; 2) contratação de professores para o 1º/84 nas seguintes áreas: Televisão I, um professor

(TP); Cinema, um professor (DE); Relações Públicas, um professor em regime de (DE), já que o curso conta apenas com um professor de tempo parcial; e um para a área de Publicidade e Propaganda em regime de Tempo Parcial.

Além destas cinco contratações, o colegiado pede a resolução da pendência contratual de dois outros professores: um

Além de cinco contratações, o colegiado do COM pede a resolução da pendência contratual de mais 2 professores

que se encontra com seu contrato de trabalho suspenso, outro que ainda não teve deferido o seu pedido de promoção para Colaborador III em regime de Dedicação Exclusiva.

A carência de professores e a consequente falta de vagas levou os membros do colegiado a aprovarem por unanimidade a medida que suspende temporariamente o ingresso de novos alunos no curso de Comunicação, nos casos relacionados: 1) portador de Diploma de Curso Superior; 2) pedidos de transferência facultativa; 3) pedidos de dupla opção de alunos egressos de outros cursos; 4) pedidos de mudança de opção, com exceção aos alunos da Comunicação.

Esta medida deverá vigorar até o período de reajuste de 1º/84, onde haverá nova reunião do colegiado para avaliação, e tem o objetivo de reduzir a entrada de alunos possibilitando desta maneira um equilíbrio entre a oferta de vagas em disciplinas e a demanda obrigatória. (Luiz Cláudio Machado Alves)

Resenha

I Semana Agroflor

O Centro Acadêmico de Agricultura e Florestal promove a partir do dia 3, a I Semana de Agronomia e Florestal, que tem o objetivo de "aprofundar os conhecimentos técnicos-científicos dos estudantes, assim como trazer para a Universidade temas gerais da atualidade que normalmente não são discutidos", segundo o boletim de divulgação da Semana.

A programação da Semana, pela manhã, é a seguinte:

Dia 3, debate sobre **Conjuntura Nacional**, com os deputados Amauri Muller (PDT), Francisco Pinto (PMDB), Gasthane Righi (PTB), Genóio Neto (PT) e um representante do PDS, cujo nome ainda vai ser confirmado. Dia 4, debate sobre **Educação**, com os professores Venício Lima e Sadi Del Rosso, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e um representante do DCE. Dia 5, debate sobre **Política Agrícola**, com o professor Luís Carlos Guedes Pinto e Alberto Veiga do Ministério da Agricultura. Dia 6, debate sobre **Política Florestal**, com o jornalista Lúcio Flávio Pinto e o Dr. Joséio, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF.

As inscrições poderão ser feitas entre 19 e 23 de setembro e a participação é aberta a estudantes e profissionais da área. Serão conferidos certificados aos participantes da semana e será cobrada uma taxa de inscrição, ainda não definida.

Nova Biblioteca

O Departamento de Desenho inaugura sua própria Biblioteca, por iniciativa dos seus alunos e professores, diante das deficiências da Biblioteca Central em matéria de livros de arte. Contam agora com um vasto acervo em obras de arte, televisão, cinema, música, teatro, gravura e revistas atualizadas, todas disponíveis para empréstimos ou xerox. Desde 1969 o Departamento de Desenho recebe doações dos professores para formar o acervo, que só agora foi possível reunir, graças à colaboração dos sócios contribuintes que, mediante uma taxa mensal, tornam possível o funcionamento desta Biblioteca. Do acervo constam traduções de livros que a Biblioteca Central não possui e números recentes de revistas, assim como uma lista com todos os livros existentes na Biblioteca Central e sua respectiva classificação, para facilitar a escolha dos alunos.

Poesias e Contos

Os alunos do Departamento de Letras e Linguística, com o apoio da Universidade de Brasília e da Associação Nacional de Escritores, estão promovendo um concurso de contos e poesias, na tentativa de incrementar a produção literária da cidade. A iniciativa recebeu o nome de 1º Concurso de Contos e Poesias de Edgar Allan Poe e João Cabral de Melo Neto, numa dupla homenagem ao inglês que revolucionou a estrutura clássica do conto e ao grande poeta brasileiro. Os articuladores do concurso asseguraram para os vencedores a publicação, pela editora UnB, de dois livros formados pelos 20 primeiros lugares nas categorias de conto e de

poesia, além de prêmios de Cr\$ 200, 150, e 100 mil, distribuídos respectivamente para o primeiro, segundo e terceiro colocados de cada categoria. A comissão julgadora, que será formada por três especialistas distintos para cada categoria, já tem como certa a participação dos professores Ronaldo de Melo e Sousa, Cassiano Nunes, Almeida Fischer e Alan Viggiano, todos membros da ANE. O concurso é aberto a todos os interessados, cujas obras sejam inéditas, que podem concorrer com um máximo de cinco poemas e dois contos. Os trabalhos deverão ser enviados ao 1º Concurso de Contos e Poesias de Alan Poe e João Cabral, Centro Acadêmico de Letras e Linguística, Caixa Postal 152857, Universidade de Brasília, 70910 — Brasília / DF, em envelopes lacrados contendo o original datilografado e mais três cópias, além de um envelope padrão do correio, também lacrado, contendo nome, endereço, telefone e o número de um documento do concorrente.

Série Instrumental

O projeto **Série Instrumental** da FUNARTE apresenta o conjunto AREARCO nos próximos dias 23, 24 e 25 na sala Funarte, atrás da torre de T.V., sempre às 9 horas. No programa, músicas de Milton Nascimento, Hermeto Pascoal e compositores do próprio grupo, formado por Sidnei Maia (flauta), Arnaldo Gallina (violoncelo) e Luciano Fleming (viola). Ingressos a Cr\$ 600,00.

Medicina na UnB

A Faculdade de Ciências da Saúde realiza dia 28, às 16 horas, no auditório 3, a VII Reunião Científica Mensal, promovendo uma mesa-redonda sobre os 17 Anos de Medicina na UnB. A pauta do encontro, que será coordenada pelo professor Adalberto Corrêa Café, do Departamento de Medicina Geral e Comunitária, é a seguinte: **Perspectivas Históricas da Faculdade de Saúde**, pelo prof. Gilberto de Freitas, do laboratório de Imunopatologia; **Ensino Interdisciplinar**, pelo prof. Dejanio Tavares Sobral, do laboratório do Aparelho Digestivo; **Pesquisa Experimental**, pelo prof. Paulo Tavares, do laboratório de Fisiopatologia pulmonar; **Ensino Hospitalar**, pelo prof. Hélio Barbosa Ferreira, da Área de Cirurgia Geral; **Residência Médica**, pelo prof. Zairo Eira Garcia Vieira, da Área de Anestesiologia; **Pesquisa Clínica e Pós-Graduação**, pelo prof. Auízio Rosa Prata, do Núcleo de Medicina Tropical.

Psicologia do casal

O curso "Psicologia do Casal e da Família — Nível I" está sendo dado pelas psicólogas especializadas em terapia familiar Marília Couri e Júlia Bucher durante todo este semestre, com aulas aos sábados de 8 às 10 h e aberto a psicólogos, estudantes de psicologia ou leigos interessados em conhecer aspectos da psicologia da família.

No momento, o Centro também oferece o nível II do curso sobre Psicologia do Casal e da Família, aberto apenas a psicólogos e estudantes do último ano de psicologia. Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones 243-2863 e 224-6428.

Democracia para que te queremos

De onde advém a tradição democrática das universidades brasileiras? A classe universitária é na sua maioria proveniente da burguesia e, à semelhança do grupo de surrealistas da Europa dos anos 20/30 — não pelo escândalo — mas através da revolução do conhecimento, querem mudar a ordem social vigente. Segundo um dos integrantes do movimento surrealista, Luiz Buñuel, eles foram vitoriosos no superficial e fracassaram no essencial.

Pode-se contudo discordar da afirmação de tão distinta personalidade, já que o movimento surrealista não deixou para a história somente grandes nomes, mas deixou impigida nas artes um tom de discordância com as diversas realidades sociais a que elas se inserem. Da mesma forma os movimentos universitários no Brasil deixaram para as universidades o despertar de uma consciência crítica. E se hoje existe falta de coesão e ressonância desses movimentos, deve-se ao distanciamento das universidades e das classes (média e alta) que a frequentam, das diversas realidades brasileiras.

Pode-se dizer que se a reforma universitária implantada em 1968, pretendeu a desunião dessa classe na universidade ela atingiu seu intento, auxiliada pelo que ocorreu às diversas outras instituições brasileiras. Porém, hoje começa-se a respirar um clima de desconpressão, necessário inclusive a própria sobrevivência dessas instituições, o que permite tentar traçar um perfil da universidade que se quer. Dizer que ela deve ser democrática é o óbvio. Vinculá-la a uma sociedade que lhe dá sustentação, talvez também o seja. Tentar aglutinar e debater de forma mais ampla possível um modelo de sociedade é de suma importância agora.

No momento em que a crise de ensino ganha proporções alarmantes, onde a universidade está cada dia mais distante das reais necessidades da população, os debates

sobre as alternativas para se superar esse quadro, ganha obrigatoriamente maior profundidade.

ARTICULAÇÃO

A luta dos professores da Universidade de Brasília, tem sido no sentido de melhorar suas condições de vida e trabalho. Mas tem também um caráter político de fazer avançar a universidade em direção à democracia. Os professores se organizam de forma nova e partem para fazer reivindicações.

O movimento dos docentes da UnB adquire no momento uma nova dimensão, e uma nova frente de reivindicações se forma e é levada ao conhecimento da Administração Central. A ADUnB, através de seus representantes, tem sido nos últimos semestres porta-voz dos anseios do corpo docente.

Fato significativo no movimento dos professores da UnB foi a decretação, em novembro de 1982, da greve geral, tendo como reivindicações principais o fim da figura do professor colaborador com enquadramento imediato dos docentes e um Projeto de Carreira para os professores. Cabe ressaltar que esta foi a primeira vez na história da UnB que os professores decretaram uma greve.

Nova paralisação ocorreu em março de 83, onde os acordos firmados na greve de '82, entre a Reitoria e a ADUnB, foram rompidos. A UnB esteve com suas atividades acadêmicas suspensas por 15 dias. Ficou estabelecida a criação de uma Comissão de Enquadramento composta de 9 professores eleitos para analisar os pedidos junto ao Conselho de Ensino e Pesquisa. O mandato dessa comissão está próximo de terminar e apenas 60 professores foram enquadrados neste período, o que fica evidente o descaso da Administração Central em acabar com a figura do professor colaborador.

CRISE DE CRITÉRIOS

Os critérios de julgamento dos pedidos de enquadramento utilizados pelo Conselho de Ensino e

Pesquisa não são fixos e justos. A discriminação política serve de pano de fundo para a negação de vários pedidos e a capacidade profissional não é levada em consideração.

Na última assembléia da ADUnB, realizada no dia 31 de Agosto último, foi analisado o atual quadro de ensino da UnB e tomadas as seguintes decisões: a) Análise e decisão imediata de todos os processos de enquadramento e acesso que já deveriam ter sido analisados pela

Comissão de Enquadramento e decididos pelo Conselho de Ensino e Pesquisa; b) Aprovação do Projeto de Carreira Docente da UnB, elaborado e aprovado pelos professores, enviado a reitoria em 30 de junho de 1983; c) Renovação de todos os membros das Congregações de Carreira no Conselho de Ensino e Pesquisa, mediante eleição direta nos Institutos e Faculdades, sendo eleitores e elegíveis todos os docentes da UnB; d) Aprovação de indicativo de greve para a Assembléia marcada para o dia 15 de Setembro caso estas reivindicações não sejam atendidas.

Neste contexto fica evidente que para atender aos interesses da comunidade universitária é necessária a mobilização dos alunos e professores no sentido de avançarem na análise das várias questões que permitiram chegar a esta crise atual.

O movimento universitário continua sobrevivendo e exercendo a tendência democrática que tem a universidade brasileira. Esses professores têm medo de serem confundidos pela opinião pública com agitadores de massas inconscientes. Mas urge discutir por todos os meios e canais, o que é a universidade. Tornar acessível aos integrantes da comunidade acadêmica noções e conceitos sobre o conteúdo das várias partes (Departamentos e Faculdades) que compõem a universidade. E preciso desencadear uma discussão acadêmica sobre o conhecimento nas suas diversas áreas, e como esse conhecimento se interrelaciona e se desenvolve. (Diogo Neto/Pedro Coe)

70% dos alunos não votaram o estatuto

Departamento (23), duas no Minhocão e uma no Bandeirão, sendo que nestas últimas poderiam votar alunos de qualquer curso. Assim, cada estudante poderia votar impunemente pelo menos quatro vezes, já que não houve conferência das listas, nome por nome. O sistema empregado não incrimina a diretoria do DCE, mas permite a dúvida onde ela não poderia ocorrer. Fica registrada a dica.

Caso real de fraude foi apontado pela comissão apuradora contra a urna da Economia, que, segundo o último boletim do DCE, "foi entregue literalmente violada". A diretoria do CA da Economia se defende, dizendo que "a urna que nos foi entregue pelo DCE tinha um buraco muito estreito, que mal cabia o voto. Com o decorrer da votação, o buraco se alargou um pouco". E conclui: "É lógico que o DCE ia 'aprontar' alguma conotação, pois nos colocamos

frontalmente contra esta proposta de estatuto.

FALTOU ESCLARECIMENTO

Outro Departamento que se colocou contra a proposta oficial foi o Direito, que de um total de 193 votos, apresentou 157 votos NAO. O CA do Direito tem, inclusive, uma proposta alternativa de estatuto, que não foi aprovada no conselho de CAs.

Na verdade, não houve um real esclarecimento ao estudante sobre a necessidade de um estatuto para a entidade. Como ele poderá nos beneficiar? O DCE terá mais mobilidade e será mais representativo após a sua aprovação? São perguntas que não foram respondidas ao longo da campanha, e isto se refletiu na votação, quando 70% dos alunos da UnB mostraram que não estavam interessados por este assunto. (Marcelo Villares Coelho)

BRASÍLIA

O Brasiliense perdido no espaço

«Brasília é uma das cidades mais segregacionistas do mundo». Assim o professor José Galbinski, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB, vê a Capital Federal. Ele aponta como fatores determinantes da segregação os grandes espaços vazios da cidade, previstos no plano urbanístico elaborado por Lúcio Costa.

Do ponto de vista psicossocial, segundo Galbinski, a setorização é outro aspecto negativo do plano da cidade porque impede a formação de um centro onde o indivíduo tenha contato com a coletividade. «Houve uma desintegração do centro, que foi desmembrado em setores: o Setor Bancário, o Setor Hoteleiro, o Setor de Diversões. Isso efetivamente destruiu o centro. Em Brasília as pessoas não se encontram mais no centro, não transitam mais no centro como ocorre nas outras cidades». E como consequência desse fato, «observa-se uma solidão explicita no brasiliense».

Galbinski acha que a segregação entre camadas sociais na Capital Federal é bem maior que em outros centros urbanos e explica porque: «Enquanto em outros centros a proximidade entre as classes é medida em metros, em Brasília essa proximidade é medida em quilômetros. A classe C por exemplo está evidentemente na Ceilândia, a 30 km do Plano Piloto, o que dificulta

ainda mais a convivência com a população de melhor renda».

REDISTRIBUIÇÃO

Galbinski enfatizou a necessidade de se redistribuir as várias faixas de renda da população. Essa idéia faz parte de uma proposta, na qual vem trabalhando há dois anos, a fim de buscar soluções para o problema da enorme disparidade econômica existente em Brasília. «Existe uma estratificação social imensa e isto ocorre em detrimento das classes mais baixas que não têm acesso aos bens de serviço».

Conforme o urbanista e arquiteto, assiste-se, de um lado, ao Plano Piloto absorvendo egoisticamente as benfeitorias existentes — centros de diversões, shoppings, etc — e de outro, as cidades-satélites isoladas e prejudicadas porque «o povo, além de não ter acesso a diversões, ainda é obrigado a pagar mais caro por produtos em armazéns já que não pode arcar com o alto custo do transporte e adquiri-los por preços mais baratos nos grandes supermercados do Plano Piloto».

Portanto, no contexto social da cidade, na verdade, existem duas Brasília: a Brasília do Plano Piloto e a Brasília das cidades-satélites. Sem dúvida, a que mais se aproxima da realidade brasileira não é a Brasília do Plano Piloto mas a das cidades-satélites. (Walcymary Pereira Santiago).

Suicídio, solidão e desquite na paisagem de Brasília

«O que esperar de uma cidade concebida de uma só cabeça, fruto de uma personalidade misantrópica»? A pergunta é do arquiteto Leônidas Cumplido, autor de vários projetos residenciais no eixo Rio — Petrópolis, atualmente chefiando o Serviço de Arquitetura e Urbanismo do SESI — Departamento Nacional. Para ele, existe uma relação direta entre a arquitetura de Brasília e o alto índice de suicídio, solidão e desquite existentes na cidade.

Leônidas reconhece que o plano da cidade está muito mais voltado para o lado estético do que para o lado humano e considera Brasília «uma cidade que se nega a ser cidade», já que, em primeira análise, parece sempre despercebido o fato de não possuir bairros. Ele observa que talvez seja a única cidade do mundo a não tê-los, o que é sem dúvida, um erro imperdoável, pois os bairros constituem parte formadora e indivisível de uma metrópole. Os chamados comércios locais não suprem as neces-

sidades da comunidade pois, com o aparecimento dos shoppings, do Conjunto Nacional e de grande supermercados localizados nas periferias, houve o desvirtuamento daquele comércio padrão antes pretendido para a cidade.

Aberração

Segundo ele, o «Park Shopping» é uma aberração e a cidade projetada não suporta viver como tal. A previsão de clubes para as entrequadradas é um erro primário. Os bairros de Brasília seriam preliminarmente os da Península Norte, Lago Sul e Norte, Cruzeiro, Octogonal — todos providos de Centro Comercial e de Diversões e do Clube de Bairro, mas o único realmente com características de bairro é a Península Norte. Leônidas acrescenta que a dedicação e competência de Sylvia Seabra, Administradora da Península Norte, farão, num futuro próximo, com que aquela parte da cidade seja a única com características dos bairros tradicionais. (Heloisa Helena Vieira)



Brasília: Símbolo de solidão, opressão ou liberdade?

Satélites: pulmões da cidade

Sem Congresso Nacional e transporte de vizinhança, as cidades-satélites revelam um outro lado de Brasília, tão menos oficial quanto mais carente. Oriundas, quase todas, de invasões — Ceilândia é o melhor exemplo — as cidades-satélites não só abrigam a maioria dos trabalhadores do Plano Piloto, sendo chamadas de «cidades-dormitórios», como também possuem uma grande massa de desempregados, constituindo-se em enormes armazéns de mão-de-obra ociosa.

As cidades-satélites saem todos os dias para o Plano em busca do seu sustento. A maioria dos seus moradores faz uso do transporte coletivo, tendo que levantar muito cedo. «Lá pelas cinco e meia», como explica Laura, uma servente que mora no setor «P» Norte e trabalha num colégio da L/2 Sul. «Se a gente não levanta na hora certa, o ônibus passa e a gente acaba chegando atrasada no serviço».

Dona Belmira, uma diarista de 57 anos, que mora na SHIS Norte de Taguatinga, viaja em pé todo dia até a Asa Norte num ônibus da Pioneira. Para ela não existe feriado nem domingo, pois «todo dia é dia de serviço. Se eu não vier trabalhar quem perde sou eu». «Apesar de sorrir sempre e brincar muito durante a viagem, Dona Belmira não consegue disfarçar o seu cansaço. «Se eu pudesse ia embora, mas não posso abandonar minha casinha. Foi a única coisa que eu consegui aqui».

BRACOS E PERNAS

Vontade de ir embora é o que não tem o Sr. Pedro Romão, um goiano de Padre Bernardo 76 anos, aposentado, morador de Brazlândia. Para ele as cidades-satélites são bastante humanas e se assemelham muito às cidades do interior, «onde se pode ter uma vida tranquila». E assim que seu Pedro vê Brazlândia. «Eu conheço todos os meus vizinhos e a gente conversa todos os dias aqui. E igual na

minha cidade (Padre Bernardo)».

Marcos Limirio, estudante do pré-vestibular Objetivo, não pensa da mesma maneira. Para Marcos as cidades-satélites têm muita coisa em comum com o Plano, o que as difere em muito das pacatas cidades do interior. Marcos vê ainda um entrelaçamento na relação Plano Piloto-cidades-satélites. Para ele «o Plano é mais dependente das cidades-satélites do que elas dele».

O advogado Hipólito Almeida dos Santos concorda com Marcos. Para ele «as cidades-satélites são braços e as pernas do Plano Piloto». Hipólito, que mora no Gama e advoga no Plano, diz que jamais trocaria sua casa por um apartamento na Asa Norte. Para ele as cidades-satélites são a energia que move o Distrito Federal. «Sem toda essa massa de trabalhadores, Brasília seria uma cidade parálitica». (Dércio Rodrigues)

Uma cidade já de corpo e alma

Brasília já possui memória, já é uma cidade de corpo e alma. Com 31,38% de sua população nascida no DF (Censo do IBGE-1980), seria impossível dizer o contrário. Muitas pessoas, se não nasceram, viveram aqui suas primeiras experiências e acompanharam a súbita transformação da cidade. Illara Viotti, estudante de Comunicação, há 22 anos em Brasília, relembra com saudade: «Ali, onde hoje mora o Deputado Magalhães Pinto, havia um mamonal enorme». Denilson de Souza, 16 anos, nascido nesta capital, mora no N. Bandeirante e nunca conheceu outras cidades. Gostaria de mais áreas de lazer.

MITO DA INSATISFAÇÃO

A calma e a tranquilidade

que por muitos são consideradas a apatia da cidade, como a sua estrutura contestada em humana ou desumana, permitem ao «brasiliense» o reconhecimento da sua importância. Luiz Pasquali e Antonio de Freitas Ribeiro, professores de Psicologia da Universidade de BSB, defendem a Brasília humana, «cidade única no mundo, com espaço aberto e tranquilidade para se viver».

Rita Silva, baiana, executiva de serviços de limpeza pública e reside no Distrito Federal há oito anos. Trabalhando no Plano Piloto e morando na Ceilândia, ela confessa não querer mais sair de Brasília, apenas reclama dos altos custos do transporte. Antonio Queiroz, funcionário no Con-

junto Nacional, do Maranhão, diz que a cidade possui melhores chances em termos de emprego. «Ela foi bem planejada mas está inundando as cidades-satélites, devido a quantidade de pessoas que essas cidades recebem». Ele afirma que só parte de férias e condena o preço dos transportes públicos: «Os ônibus são escassos».

Brasília, com seus 23 anos de vida, depara-se com o acúmulo de população proveniente dos diversos estados brasileiros e que carregam consigo as suas origens culturais, se posicionando a favor ou contra a cidade de acordo com suas necessidades e costumes. (Maria Amélia).

A Comissão Pastoral da denuncia ação do governo

Reportagem Ilara Viotti e Rodrigo Mesquita
Fotos de Luiza Venturelli

No dia 12 de agosto o general Danilo Venturini, ministro extraordinário para assuntos fundiários, em entrevista a O Estado de São Paulo, teve duras palavras para a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Na ocasião o ministro acusou-a de «usar expedientes pouco recomendáveis», afirmando que nunca recebeu da Comissão «qualquer contribuição positiva» na solução dos problemas fundiários do país. «A CPT não rema o barco, só balança».

Na entrevista Venturini estava, de fato, respondendo à divulgação, pela CPT, de um relatório com números alarmantes sobre o aumento da tensão social no campo. Segundo o documento, o número de conflitos fundiários saltou de 93 em 1982 para 246 este ano, o que indica que a situação vem se agravando a cada dia.

O órgão da CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), no dia 16 de agosto, divulgou novo documento, desta vez para devolver ao general as duras palavras que dele tinha recebido. «O barco do general e o da CPT não é o mesmo. No barco do general encontramos os grileiros, os pistoleiros. O nosso é de Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada no dia 12 de agosto por pistoleiros».

A Igreja vem se colocando, particularmente através da CPT, na linha de frente das questões fundiárias. Com isto vem irritando profundamente os setores governamentais que cuidam do assunto. A Comissão vem fazendo um minucioso levantamento das condições em que hoje se encontram os trabalhadores rurais no Brasil, auxiliando-os na tentativa de organização e conscientização de seus problemas.

Nos últimos 19 anos, em decorrência da política agrária levada a efeito pelo Governo, as populações rurais têm enfrentado o maior processo de empobrecimento e espoliação da história brasileira. São 12 milhões de famílias de trabalhadores sem terra. As hordas de bóias-frias que acometem passivamente aos centros urbanos, os números crescentes da violência e os saques cada vez mais frequentes confirmam a situação que a CPT denuncia.

Denúncias da CPT

O governo Federal mobiliza os meios de comunicação, particularmente a televisão, para documentar a entrega de títulos de propriedade, quando na verdade entrega uma Licença de Ocupação, que subordina inteiramente o lavrador às disposições do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), ligado diretamente ao Conselho de



Segurança Nacional. Os lotes de terras que são distribuídos aos lavradores da área da GETAT-CARAJAS, por exemplo, não ultrapassam os 50 hectares, enquanto que ao Projeto Jari foram entregues 1 milhão de hectares.

Os bispos do Ceará, em reunião realizada entre 14 e 18 de junho deste ano, apresentaram um relatório baseado no depoimento dos representantes da Pastoral da Terra naquele Estado. As reclamações são graves. Nas frentes criadas para dar trabalho ao agricultor o homem é tratado como animal de carga, levado de um lugar para outro, sem saber o que realmente está construindo. As barragens feitas cairão com as primeiras chuvas, pois estão sendo construídas sem cimento ou pedras que segurem sua estrutura.

A exploração do homem é absurda. Sem capacidade para entender ou analisar sua situação, o lavrador é obrigado a trabalhar até 10 horas por dia. Não são fornecidas ferramentas ao trabalhador, que tem de usar as suas próprias, caso queira trabalhar.

A política coronelista continua sendo a maior força no Nordeste. No alistamento dos flagelados, os interesses eleitores determinam quem é admitido. Muitos que se situaram na oposição ficaram sem trabalho.

Mesmo assim, quando trabalha, o homem não pode ter certeza de que receberá seu salário. Mesmo recebendo, não terá condições de sustentar sua família. Segundo cálculos da CPT, os gastos básicos de uma família de 10 pessoas são de 56 mil cruzeiros, não computados aí os gastos com leite, pão, moradia, produtos inexistentes para os flagelados: O salário atualmente pago aos flagelados é de 15 mil cruzeiros.

No Estado da Paraíba, a situação não é menos grave. Onde existe ainda o sistema de arrendamento de terras, as rendas cobradas pelos proprietários são exorbitantes, em média dez vezes mais altas que o máximo permitido por lei. Em várias propriedades, os trabalhadores são obrigados a dar um dia de trabalho gratuito ao patrão, o que é terminantemente proibido por lei.

Nos casos de assassinatos sem autores, como o de Margarida Alves,

de nada vale fazer a denúncia às autoridades. Segundo o assessor de imprensa da CNBB, padre Arnaldo Beltrane, «quem procura quem matou é quem mandou matar». Frequentemente os proprietários utilizam a própria polícia para intimidar os posseiros em suas terras, ameaçando-os e, não raro, queimando suas lavouras e casas. «Absolutamente nenhum dos direitos trabalhistas do lavrador é respeitado».

«As estruturas sociais e econômicas produzem ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres». As palavras, de João Paulo Segundo em Puebla, no México em 1979 são importantes para distinguir exatamente o que ocorre hoje com o flagelado. E preciso entender que isso não é, como o Governo afirma, uma situação casual determinada por condições climáticas adversas. A seca do Nordeste é tão antiga quanto o próprio território nordestino. Ela existe e se perpetua na medida em que reflete uma situação de exploração e dominação, consequência direta das estruturas sociais e econômicas da região.



No sorriso do trabalhador rural brasileiro, as marcas da subnutrição e do cansaço com que é tratado

Terra no campo

A FOME

co horas da manhã. O cami-
cheia carregado de bóias-frias
trabalho diário na plantação de
A cena se passa no oeste do
a, uma das áreas de atuação da
Gravador na mão, o represen-
da CPT acompanha a jornada
balho. Quando se dispõe a en-
ar os trabalhadores, os resul-
são desastrosos. Não adianta,
ão sabem falar dos seus pro-
s.

istórica desnutrição do homem
dificulta enormemente sua
dade de entender seus pro-
s e se organizar. A questão
a fome, para ele, não está li-
nenhuma causa. A «agonia»,
eles chamam a sensação de es-
o vazio, destrói qualquer pos-
sidade de entendimento e de ação
ente sobre sua realidade.

ome não é um fenômeno ex-
o do Nordeste ou do Sul. Não é
um fenômeno. Ela é a reali-
otidiana de 70% da população
ira. Esta é a pedra angular da
o. A sub-raça que a fome criou
ucas condições de, por vontade

própria, se organizar e lutar por seus
direitos. Os danos são irreversíveis.
Depois de quatro séculos de explo-
ração, o trabalhador rural brasileiro
perdeu sua consciência de ser hu-
mano.

O sub-homem do campo não é,
portanto, indolente, é impotente. A
fome e a miséria destroem sua ca-
pacidade de pensar. O ministro Ven-
turini vem a público desmentir de-
núncias, quando os fatos são gritan-
tes. Não há mentiras no que a Igreja,
através da CPT, denuncia. O que há é
o homem sofredor e inconsciente dos
motivos reais de seu sofrimento. O
que há é uma política extremamente
lenta e ineficaz nas suas ações e
políticos nem sempre honestos no
cumprimento de sua missão, que seria
a de zelar pelos interesses do povo que
os elegeu, ainda que levados pelo
cabresto.



Migrando para a cidade o destino ainda é a miséria

Grupos Executivos Mantêm o Campo Sob Violência

A repressão no campo não é fato novo no Brasil. Historicamente, de Antônio Conselheiro às Ligas Camponesas, o trabalhador rural vem sendo sistematicamente reprimido em suas tentativas de se organizar. Com a desmobilização das organizações de esquerda, a Igreja, através da CPTs, passou a assumir um papel cada vez mais importante na organização e na luta do homem do campo.

Sob o signo da Teologia da Libertação, fiel à linha traçada na Conferência de Puebla, no México, em 1979, a CPT desenvolve um trabalho que se choca frontalmente com os interesses dos grandes latifundiários e do capital internacional, zelosamente defendido pelo governo através de organismos como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e CEBAM (Grupo Executivo do Baixo Amazonas).

A atitude policiaesca destes organismos é frequentemente denunciada pela Igreja. E o caso, segundo a CPT, do "sequestro e tortura de Sebastião Barbosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins — GO, arrastado brutalmente de onde trabalhava por elementos do GETAT e da polícia, pelo crime de fazer reuniões com seus asso-

Organismos como o GETAT e o CEBAM agem como verdadeiros Estados dentro dos Estados, funcionando com surpreendente autonomia, a ponto de os governadores reclamarem. Na distribuição de terras para os grandes projetos de mineração o Conselho de Segurança

Nacional ficou com 75% das terras do Pará e com praticamente todo o território do Amapá.

CENTRAL ÚNICA

Na prática o CSN (Conselho de Segurança Nacional) tornou-se uma central única dos Ministérios. Nas suas áreas de atuação é ele quem cuida da saúde, das escolas, das estradas e da concessão de créditos. Os Grupos Executivos cuidam de deslocar para as áreas das grandes empresas, as massas de trabalhadores que espolia, propiciando ao capital estrangeiro mão-de-obra barata.

Ao sugerir a criação de agrovilas para acolher os milhões de trabalhadores sem terra, o ministro Venturini cita experiências "bem sucedidas" em Pernambuco. Esquece-se porém que este sistema tem falhado em outras localidades, devido à falta de infra-estrutura mínima, seja médico-hospitalar, escolar ou de fornecimento de alimentos.

O discurso do governo, particularmente dos órgãos ligados ao CSN é extremamente artificial e parece referir-se a outro país. Não é do Brasil que eles tratam, pelo menos não é o Brasil que hoje padece de males já irreversíveis, como a fome que inutiizou milhões de brasileiros para o trabalho.

O Governo afirma que os grupos Executivos são transitórios e serão dissolvidos tão logo a situação fundiária esteja normalizada. A julgar pelos fatos, os grupos deverão existir ainda por muito tempo uma vez que os problemas do trabalhador rural e as consequências sociais da desigualdade com que são tratados, levarão durar ainda muito tempo.



do pelas autoridades.

"Prioritariamente, acredito que deva ser feita uma série de ações junto ao Governo brasileiro, para que a política nacional de informação não seja elaborada e decidida apenas pelos escalões burocráticos, com a influência dos proprietários privados. As categorias marginalizadas, como os profissionais de Comunicação, têm que agir com dinamismo para tentar modificar o quadro presente".

Esta é a visão do professor José Salomão Amorim a respeito do problema da chamada Estrutura Transnacional de Poder, que se reflete de modo específico na questão das agências "internacionais" de notícias, objeto de dominação e manipulação de fatos e, consequentemente, de ideologias. Uma visão que caminha em busca da consolidação da NOMIC — Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. "Estamos muito atrasados nesse processo, que se desenrola desde o início da década passada em diversos países latino-americanos", comenta Salomão, ao mesmo tempo que sugere algumas linhas básicas de ação para se estruturar a Nova Ordem.

"De imediato, é fundamental que se apóie a busca de novas alternativas em termos de agências" — explica. Nesse sentido,

Se você, leitor, visse este título na primeira página de um jornal, acha que leria a matéria que o acompanha de maneira isenta? Assim o Correio Braziliense começou a divulgar o caso do avião coreano. Nesta edição, dando sequência ao tema já abordado na anterior, o Campus põe em questão a "objetividade" do jornalismo.

EUA repelem a "matança" dos russos

cita como exemplo a recente criação da ALASEI — Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação —, que deverá entrar em funcionamento agora em outubro. A agência, independente do sistema transnacional, já conta com a participação de 11 países, excluído o Brasil, no entanto. "Será uma agência gerada pelos governos,

proprietários, jornalistas, a comunidade acadêmica e até mesmo os próprios usuários" — acrescenta.

POLÍTICA CULTURAL

"Outra linha de ação" — prossegue Salomão — "diz respeito à política a ser traçada para a televisão e o cinema, na defesa

da segurança cultural, que deve ser considerada no mesmo grau de importância que as seguranças econômica ou militar. Precisamos implantar uma política cultural em favor de uma proteção à produção nacional."

Salomão sugere, ainda, outro meio de participação nesta luta: "O Congresso Nacional tem que introduzir em sua pauta a ques-

tão da política informativa. Até o momento, porém, o debate não tem sido refletido. Nenhum partido tem qualquer proposta nesse nível e há um grupo muito restrito de deputados se preocupando com o problema, apesar do projeto que estabelece 50% do mercado das histórias em quadrinhos para autores nacionais".

A preocupação do professor Salomão não é única e, embora pareça isolada e frágil, sintetiza a opinião dos jornalistas brasileiros sobre o assunto, em favor de uma Nova Ordem. Neste sentido, importante atuação vem sendo exercida pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais — FENAJ — ao publicar significativo material a respeito. Não somente para ampliar os conhecimentos sobre o tema, mas também para a formulação de respostas a perguntas como: — que estratégias devem ser implementadas para que a ação do jornalista brasileiro em favor da NOMIC seja mais eficaz? — que prioridades deve ter esta luta? — como traduzir em termos da prática profissional e política do jornalista brasileiro a luta pela NOMIC, tema que às vezes soa distante e inatingível? — como ampliar a discussão sobre o tema para outros setores da sociedade como o Congresso Nacional, os partidos políticos e os sindicatos? (Kido Guerra).

Entre americanos e soviéticos, o mais difícil é ser imparcial

Respostas evasivas, posicionamento inseguro e cheio de contradições caracterizaram a atuação soviética no caso do Boing da Korean Air Lines derrubado no último dia 1º de Setembro. As informações foram chegando aos poucos e, para o leitor que quisesse entender a história toda, restava montar essa colcha de retalhos e tentar decifrar o enigma.

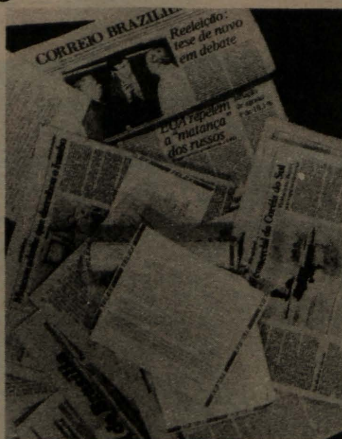
No dia 2, quando os jornais começaram a noticiar o incidente, os Estados Unidos já atribuíram aos soviéticos a derrubada do avião coreano, ao passo que a Tass limitava-se a informar sobre a queda de um avião, sem mencionar que haviam atirado nele. No noticiário do dia 3 os soviéticos já admitiam haver disparado "em advertência", mas não se responsabilizaram pela derrubada do jato coreano. A essa altura dos acontecimentos, o mundo ocidental buscava provas da culpabilidade soviética. Mas somente no dia 6 a URSS admitiu haver abatido o avião que foi manchete no dia seguinte.

"OBJETIVIDADE"

Existe no jornalismo a busca da chamada objetividade. Ela consistiria em trazer ao leitor o fato através de uma ótica neutra, sem direcionamento ou tendenciosidade. No entanto, esta abordagem isenta é muito questionável. Na verdade, o enfoque do fato jornalístico é condicionado por uma série de fatores intervenientes que fatalmente geram algum tipo de tendenciosidade. O caso do avião coreano exemplifica bem isto.

Apesar do incidente ter sido cheio de contrapontos, o Jornal de Brasília e o Correio Braziliense deram ao caso o mesmo enfoque. Chegaram até a publicar, no dia 7, uma manchete idêntica: "Moscou admite que derrubou o Jumbo". Isto se deve a duas razões: a primeira, a própria omissão dos soviéticos que, apesar das acusações e evidências, demoraram muito para admitir seu gesto. A segunda foi a impossibilidade dos jornais em apurar os fatos mais de perto e em um nível de detalhamento mais satisfatório.

Além disso, durante os seis dias pesquisados pelo Campus, 2 a 7 de setembro, o Jornal de Brasília não se preocupou em analisar os fatos. As informações



Telex: a fonte de informação mais viável

trazidas parecem ter sido simples compilação das agências, sem preocupação com a interpretação de dados. Para o leitor, entretanto, mais relevante do que saber de alguns detalhes sem maior significado é entender porque aconteceu, sua repercussão e consequências. Informações secas e cruas não bastam. É preciso apresentá-las em um nível de entrelaçamento e ordenação que possibilite ao leitor médio entender o que está acontecendo no mundo.

ANÁLISE

O material divulgado pelo Correio Braziliense pôde ser observado sob dois ângulos: as matérias publicadas, e a forma como foram colocadas na página. A observação pura e simples do conteúdo do material publicado nos revela uma divisão interessante. De um lado temos as matérias recebidas da UPI e, de outro, o material produzido a nível local ou proveniente de outras agências noticiosas. O material da UPI é altamente tendencioso. As fontes ouvidas, em sua grande maioria, são autoridades norte-americanas. Além disso o material, como um todo, apresenta-se carregado de ad-

jetivações que, embora aspeadas, tendem a conduzir o leitor na direção da repulsa, sem muitas explicações, da atitude soviética. Um exemplo claro disso é encontrado no Correio do dia 2, primeiro dia do incidente, quando a nota divulgada pela TASS aparece sempre em meio a inúmeras críticas e comentários, nunca na íntegra. Já o material produzido por outras agências ou mesmo a nível local revela a tendência a adotar uma atitude menos engajada. Nestes artigos a atitude russa é condenada, mas a posição americana também é questionada. É importante notar que o Correio foi o único jornal da cidade a divulgar, na íntegra, o comunicado soviético sobre o incidente.

A maneira como foram dispostas essas matérias na página é outro aspecto que não pode ser ignorado. Duas matérias igualmente importantes podem assumir pesos diferentes de acordo com a maneira com que foram paginadas. No dia 3 o Correio divulgou na íntegra a nota soviética. Em contrapartida, logo abaixo, poderiam ser lidos dois títulos acusadores: "Reagan: os russos são uns mentirosos" e "Shultz: soviéticos não têm desculpas". No dia 4, o jornal apresentou como manchete o fato de Reagan adotar represálias contra a União Soviética, enquanto o acontecimento mais importante era, sem dúvida, a descoberta do avião militar americano próximo à área do incidente.

A editoria internacional de qualquer jornal local enfrenta um problema sem solução: não é possível a ela montar uma estrutura de apuração no exterior. Com isso cria-se uma forte dependência do material originado em agências de informação. No caso, dificilmente o jornal consegue se posicionar frente ao ocorrido. A agência faz isso por ele, inclusive desprezando certos elementos que considera de menor importância. Há uma tentativa de corrigir essa lacuna nos artigos assinados. O editor internacional do Correio parece ter percebido o problema e assinou artigo cujo título sugestivo era: "O essencial não foi dito". (Sandra Fernandes e Humberto Pereira).

Agências: a quem beneficiam?

"As principais agências de importância no Terceiro Mundo (UPI, AP, Reuters e AFP) não são, em nenhum sentido, "internacionais", mas sim empresas transnacionais que operam cada uma a partir de sua matriz, situada em um país capitalista industrializado. Por definição, suas estruturas de propriedade estão totalmente radicadas em seus países de origem. Sua forma de organização é muito similar à de outras empresas comerciais com interesses mundiais por cuidar e defender.

(...) O comportamento concreto das agências de notícias caracteriza-se por uma série de práticas contrárias às necessidades e interesses dos países do Terceiro Mundo: em particular daqueles que realizam esforços para levar adiante modificações estruturais internas fundamentais. Isso é igualmente aplicável à informação sobre as atividades dos grupos sociais nacionais que lutam por mudar regimes conservadores ou repressivos.

(...) Os critérios da seleção das notícias estão determinados, consciente ou mecanicamente, pelos interesses políticos e econômicos do sistema transnacional e dos países onde tal sistema tem suas raízes. Assim, as agências se constituem num elemento central, dentro dos dispositivos nacionais e internacionais tendentes a manter o status que e a impedir mudanças reais. Realçam a informação tendente a demonstrar que o sistema "funciona" adequadamente e minimizam ou qualificam negativamente aquelas que denunciam o estado de coisas vigentes e propugnam a necessidade de mudança.

(...) A distorção da notícia passou a ser um recurso sistemático da informação noticiosa internacional. A distorção não supõe, necessariamente, uma falsa apresentação dos fatos, mas uma seleção arbitrária e uma avaliação intencional da realidade."

(— Em A Estrutura Transnacional de Poder e a Informação Internacional, de Juan Somavía).

Concentração de terra e de renda causam tensão e morte

"Na terra regada pelo sangue de Margarida, outras margaridas nascerão". Assim terminava uma das raras matérias publicadas pela grande imprensa a propósito do assassinato de Margarida Maria Alves, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, zona canavieira da Paraíba, há duas semanas, cujo funeral foi acompanhado por mais de cinco mil camponeses num ato de indignação, dor e revolta. Depois disso, nenhuma notícia sobre a prisão dos assassinos, que, como todos sabem na região, são homens dos donos de engenho, o mandante do crime.

Essa é a norma: impunidade. Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), entidade que reúne 2.503 sindicatos, com mais de 7 milhões de associados em todo o País, nos últimos três anos, dez dirigentes sindicais e quatro advogados vinculados ao sindicalismo rural foram assassinados. Todos os crimes, sem exceção, permanecem sem apuração e sem qualquer indicação de que serão apurados algum dia.

DENÚNCIA

Francisco Urbano, tesoureiro da Contag, explica que são o modelo econômico e a política agrícola e agrícola adotadas pelo Governo, as causas da grave intensificação dos focos de tensão social no Brasil, expressando-se particularmente no campo com o aumento dos conflitos pela posse e uso da terra, sempre acompanhados de violências contra os trabalhadores rurais.



O trabalho no campo é sinônimo de exploração, fome e desrespeito

"Cada dia aumenta mais a expulsão dos trabalhadores e suas famílias de suas terras" afirma Urbano, apontando a concentração da terra nas mãos de um número cada vez menor de grandes proprietários rurais como a causa principal desse processo que vai resultar em mais desemprego e miséria. Ele lembra que o Governo somente estimula a produção destinada à exportação (cana, soja, cacau etc), em especial os grandes produtores para quem é direcionada a parcela fundamental do crédito rural no País. A participação dos pequenos produtores no crédito rural, caiu de 34 para 11%, nos últimos anos. Com isso, continua o dirigente sindical, "além de concentrar a terra e a renda, essa política agrícola faz com que haja menos produtos essenciais à mesa do brasileiro (arroz, feijão), sempre a preços muito mais caros".

A concentração da terra pode ser medida pelos dados do INCRA de 1978: as

propriedades com 10 mil hectares ou mais totalizam hoje quase 102 milhões de hectares pertencentes a apenas 3.200 grandes proprietários. Isto equivale, aproximadamente, a três vezes a área ocupada pelos mais de 2 milhões de minifúndios existentes e um quarto da área total cadastrada no País.

SEGURANÇA DE QUEM?

Francisco Urbano desmente categoricamente a propaganda oficial sobre a ação Getat (Grupo Executivo do Araguaia Tocantins), afirmando que não está sendo feita qualquer distribuição de terra no País hoje. "Dizem que distribuíram 300 mil títulos. Para quem? De que tamanho? Quanto para o grande, quanto para o pequeno agricultor?" questiona indignado. Para ele, o Getat tem uma clara função policial, quando o problema é essencialmente social. "Se houvesse preocupação com a segurança nacional como alegam, por que estão distribuindo terras em grandes proporções, in-

clusive nas zonas fronteiriças para empresas estrangeiras?"

Ele entende que a reforma agrária ampla, massiva e imediata, tendo como base o Estatuto da Terra, jamais aplicado acompanhada de medidas concretas de apoio creditício e técnico, é a única solução para os graves problemas enfrentados pelo homem do campo, sem terras para plantar num país subhabitado, e também pelos trabalhadores da cidade e suas famílias, cada dia mais envolvidos por um nível insuportável de miséria.

Mesmo para combater efetivamente a seca do Nordeste, explica Urbano, é essencial mudar a estrutura agrária. "Pode chover 20 anos direto que não adianta. Hoje mesmo, na beira do Rio São Francisco, existem várias áreas férteis não aproveitadas. Ou seja, o problema é a posse da terra. Enquanto o nordestino está morrendo de fome, no Ceará se produz melão para exportar para a Europa", concluiu. (Carlos Alberto).

"Necessita-se de uma decisão política forte"

"Não existe política agrícola no Brasil. O que há são políticas periódicas, que mudam à medida em que vão surgindo os problemas. E mesmo estas medidas são formuladas para resoluções de curto prazo". Esta é a opinião do professor Jorge Nogueira, do Departamento de Economia, com tese de doutorado apresentada no último mês de janeiro na Universidade de Londres, sobre economia rural no Brasil.

Jorge Nogueira explicou que também não há política agrária no país. Segundo ele, o INCRA, órgão que deveria ser encarregado por estas operações, realiza atualmente a distribuição da terra baseada-se apenas nos problemas de conflitos econômicos e sociais, ou de fronteiras.

DIFÍCIL RESOLUÇÃO

Para Jorge Nogueira, o principal problema agrícola do país está nos produtos hortigranjeiros, para os quais não há incentivo, pois todo o recurso dado pelo Governo atualmente está voltado à exportação e consequentemente aos grandes latifundiários que a sustentam. Mesmo a compra e a distribuição dos hortigranjeiros são deixadas nas mãos dos atravessadores, que pagam o menor preço aos produtores com o objetivo de conseguirem o maior lucro possível, deixando, assim, cada vez mais pobres os trabalhadores rurais.

O professor de economia não acredita numa eliminação imediata dos atravessadores. Segundo ele, apesar deste grupo estar sendo um estorvo ao Governo, os órgãos encarregados pela sua eliminação ainda não podem, ou não querem, tomar uma resolução neste sentido. Jorge Nogueira explicou que, além de se constituírem num grupo econômico forte, os atravessadores formam um "lobby" político muito influente, necessitando, portanto, para o seu desaparecimento de uma decisão política forte.

SOLUÇÕES IMEDIATAS

Jorge Nogueira explicou que uma das funções da produção rural, a do abastecimento interno, é atualmente controlada pelos pequenos produtores, ou seja, 60% deste abastecimento é fornecido por eles. Porém, estes trabalhadores, por não terem muito conhecimento do mercado consumidor e de preços, estão sendo cada vez mais espoliados pelos capitalistas e ficando cada vez mais pobres e necessitados.

O professor sugere idéias para o controle deste empobrecimento. Para ele, seria necessário, a princípio, a formulação de uma política de infraestrutura, a começar pela abertura e conservação de estradas para o melhor escoamento da safra, a construção de galpões, o armazenamento, e a formulação de uma política agrícola e agrária mais firme e duradoura, voltada aos problemas básicos da população rural do País. Atualmente a "política" para o setor beneficia apenas os produtos voltados à exportação. (Jurema Campos)

O Incra visto por ele mesmo

O Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atua desde o tempo das Capitânias Hereditárias, quando foi delimitada a primeira fase da nossa estrutura fundiária.

Sob diversos nomes desde então (são desconhecidos os nomes assumidos no início da criação da estrutura fundiária), o Incra foi conhecido a partir da década de 40, como Serviço Social Rural. Logo depois por Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Superintendência de Política e Reforma Agrária. Em 1964, foi criado o Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e posteriormente o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), surgindo a partir de 1970, o Incra. Todos estes órgãos desde o início, tiveram uma só finalidade: resolver o problema de divisão de terras entre a população, problema que até os nossos dias não foi solucionado.

O Incra possui dois setores que tratam diretamente, da demarcação da terra e da sua ocupação: o Departamento de Recursos Fundiários e o Departamento de Projetos e Colonização.

POSSES DAS TERRAS

No DRF, o Incra se restringe a discriminar terras da União e particu-

lares. Atuando numa faixa de 150 km da fronteira, ao longo de 100 quilômetros das margens das Rodovias Federais da Amazônia, nos Territórios Federais e Distrito Federal, este órgão passa a fazer nestas terras um levantamento topográfico e de registro de posse, para então ser feita a doação.

A maior função do Incra é titular o agricultor que tenha invadido terras do Governo, no tempo mínimo de quatro anos e que esteja cumprindo sua tarefa social, ou seja, usando a terra para o plantio. Neste caso, é dado a este possessor 100 hectares de terra e a posse da mesma, além, da obrigação no cumprimento de quatro itens: exploração direta, moradia permanente, cultura efetiva e a não-posse de outra propriedade rural. Caso não sejam cumpridas as quatro exigências, este órgão pode retirar o possessor das terras.

O Incra age de acordo com o Estatuto da Terra, lei que disciplina toda a ação do poder público na doação das terras e imóveis rurais para a execução da reforma agrária e política agrícola. Através deste Estatuto, o Incra atua também nas propriedades particulares, podendo desapropriar o agricultor que não esteja participando da política agrícola.

Quando as terras da União compreendidas nas áreas da competência do DRF não estiverem ocupadas, promove-se então programas de colonização.

A COLONIZAÇÃO

As funções básicas do DPC é a divisão de lotes e estudo dos terrenos para designar qual o melhor tipo de cultura para o local. O DPC trabalha apenas nas áreas ainda não ocupadas.

Para efetivar os programas de colonização, os agricultores precisam preencher cinco requisitos indispensáveis à posse das terras: descendência agrícola; força de trabalho não salariada; condições físicas; não ser proprietário de outras terras rurais; idade mínima de 21 anos e máxima de 60.

Em conjunto com as secretarias de saúde e educação e cultura e do MEC, são montadas aldeias com estrutura para assistência aos agricultores lá estabelecidos.

Na Amazônia, um programa está sendo feito para o extermínio da malária juntamente com a Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública). (Cátia Abreu).



Cora Coralina, famosa poetisa de Goiás Velho, surgiu quando Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas tinha 67 anos. Deixando a família já criada em São Paulo, Ana rumou sozinha para sua cidade e tranquilizou os que ficaram: "Que ninguém me acompanhe, porque minha terra não é uma selva..."

A partir daí, começou a carreira literária de Cora Coralina, uma velhinha que gosta do mundo de hoje e que curte muito a juventude. Com 94 anos, doutora honoris causa pela Universidade Federal de Goiás, ela lança seu *Vintém de Cobre — Meias Confissões de Aninha*, um livro que lembra a infância de uma menina mal amada, as personagens e a vida nos "velhos reinos de Goiás" como ela gosta de dizer.

Campus: O que é poesia, Cora?

Cora Coralina: É uma forma de comunicação e uma sublimação da vida. Não procure a poesia fora da vida. A poesia está na grama, nas flores, nas luzes que se acendem, na chuva que cai. Mas, a vida não está só nas raízes, na grama; está também num monte de lixo. Quando você passar por um monte de lixo, pare e olhe, porque o lixo é a vida que foi sugada, explorada, e que depois volta à terra, para fazer uma nova vida.

Campus: Faça uma comparação da Aninha com as crianças de hoje.

Cora Coralina: Aninha foi representativa das crianças mal amadas do passado. Nós todos, hoje, aceitamos as crianças como elas são, até com suas impertinências e malcriações. No passado, os pais tinham todos os direitos e os filhos, todos os deveres. Hoje, sem precisar de código, de lei, a situação foi invertida. E não há pai que negue às crianças o que elas possuem atualmente.

Campus: Você foi uma mulher além do seu tempo?



"Eu também tenho medo de dizer verdades inteiras"

Cora Coralina: Muita coisa de mim própria, eu ignoro. Não sei se fui uma mulher além do meu tempo. Descubrem coisas sobre mim, que, às vezes, tenho de procurar no dicionário, para ver o que significam.

Campus: Cora, por que só as mulheres dizem meias verdades?

Cora Coralina: Limitaram a minha expressão; não só as mulheres falam meias verdades, mas, os homens também. Porque temos três medos: o dos mortos, o dos vivos, e o de nós mesmos. Quem fala uma verdade inteira? Quem sabe da verdade? Dois falam verdades inteiras: o louco e o bêbado, porque não têm noção da conveniência. Temos medo de sermos agredidos pelos outros, de levarmos pedradas na rua, se falarmos a verdade. Principalmente hoje, com a televisão, a massificação das idéias todo mundo é igual... Eu também tenho medo de dizer verdades inteiras.

Campus: O que é a poesia para você? Por que você escreve?

Cora Coralina: Escrevo como uma forma de comunicação. Eu

tudo com muita dificuldade na vida. Só duas pessoas me ajudaram: foram duas velhas. Minha bisavó e minha tia. De modo que não tenho sentimento nenhum por não ter publicado meus trabalhos antes. De uma coisa, porém, tenho consciência: fui uma boa dona-de-casa e preparei meus filhos para serem bons pais. Agora, quanto aos bisnetos, não sei. Nem chego lá. Já são de outros tempos...

Cora Coralina: Que curso vocês fazem?

Campus: Comunicação.

Cora Coralina: Pois é, minha menina, tudo na vida é comunicação. Saibam se comunicar. Eu me comunico até com uma pedra. Eu tenho, por exemplo, uma comunicação profunda com uma pedra perto de minha casa...

Campus: Isso por que a senhora é poetisa, não?!

Cora Coralina: Não sei. Só sei que sou doceira, e boa doceira. (Rosane Reis e Armando Bulcão)



"Temos três medos: o dos mortos, o dos vivos e de nós mesmos"

O Mandrião

Eu vestia um mandrião recortado e costurado para mim de uma saia velha da minha bisavó. E como aquele mandrião me fazia feliz!...

Eu tinha um mandrião... Eu vestia um antigo mandrião recortado e costurado para mim de uma saia velha da minha bisavó.

Eu brincava, rodava, virava roda, e o antigo mandrião se enchia de vento balão.

Aninha cantava, desentoadada, desafinada, boa que era. Meu mandrião, vento balão, roda pião, vintém na mão. Os grandes exploravam.

Irônicos, sarcásticos. "Faz caramujo, Aninha." Aninha, a boba, rolava no chão, fazia caramujo. Riam e diziam: "é boba mesmo."

sou uma criatura de comunicação, e a literatura é uma forma de eu satisfazer essa necessidade. Apesar de eu ter tido uma necessidade muito grande de me comunicar, fiquei 45 anos sem fazê-lo, por causa do meio familiar, que me tolhia. Havia os filhos, todo meu envolvimento com eles, acompanhando seus estudos, etc. Depois, noivado, casamento de filhos, tudo isso prevalecendo sobre minha necessidade interior. Ai, um dia, eu voltei de São Paulo para minha terra e deixei a recomendação de que minha família continuasse lá, porque é um estado muito bom para se viver. E disse: "Que ninguém me acompanhe, porque minha terra não é uma selva..."

Campus: Você não tem nenhuma mágoa por não ter começado a escrever mais cedo?

Cora Coralina: Acho que escrevi ainda cedo. Fui criada entre oito mulheres que me liam. Tive uma só professora, ou melhor, mestra, e fiz somente o curso primário. Acho que por essas contingências todas ainda escrevi cedo. Fiz

A DIETA DO BRASILEIRO

Brasil: o país dos subnutridos



Pome: um drama que faz parte do cotidiano de milhões de brasileiros

Nutrição ainda não é prioridade

"A saúde é um indicador fundamental da qualidade de vida de um povo. Portanto é de se esperar que num futuro bem próximo, a saúde e o estado de nutrição das populações sejam efetivamente inseridas dentre os índices essenciais de maior significação para o planejamento e a avaliação das políticas nacionais." Para a professora Edmilda Dristig da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, a Ciência da Nutrição tem uma importância fundamental na vida do indivíduo e da coletividade em função de suas próprias realidades.

Do ponto de vista individual Edmilda identifica a Nutrição como "o processo pelo qual o organismo ingere, digere, absorve, transporta, utiliza e elimina as substâncias alimentares. Como área de estudo numa visão mais ampla ela é "a ciência dos alimentos, dos nutrientes (substâncias nutritivas contidas nos alimentos) acompanhando sua ação-interação e equilíbrio relacionados à saúde e à doença e suas implicações sociais, econômicas, culturais e psicológicas".

Historicamente o estudo da Nutrição está estritamente interligado com outras ciências como a química, bio-química, a fisiologia, a física, a endocrinologia, a anatomia. Mas abrindo o leque, vemos a Nutrição atuando num contexto e se adequando a ele de forma mais abrangente. A preocupação com os fatores determinantes do estado nutricional de uma população é uma constante como por exemplo: na disponibilidade de alimentos em função dos itens de produção, importação,

exportação, as perdas naturais e a utilização para outros fins alimentares; no consumo de alimentos ditado pelo poder aquisitivo e cultural do povo, bem como pelos vícios do paladar e pela seleção e preparação alimentar desse povo; e na utilização biológica dos alimentos retratada pelas condições fisiopatológicas do indivíduo.

Assim o nutricionista anteriormente voltado apenas para a área das ciências da saúde, torna efetiva também a sua participação no equacionamento do problema nutricional à luz do contexto sócio-econômico.

ESPECIALIZAÇÃO

O interesse da professora Edmilda Dristig pela Nutrição é cada vez maior segundo ela mesma. Concorde, quando se diz, que por vários motivos o brasileiro é desinformado em relação à sua saúde e seu próprio bem estar. Nutricionista formada pela Universidade Federal de Pernambuco, possui o mestrado em saúde pública pela mesma universidade. Participa atualmente de uma pesquisa junto ao Departamento de Odontologia, na qual se verifica a relação entre cárie dentária e estado nutricional. Como professora já deu aulas de técnica dietética, higiene de alimentos e avaliação nutricional. Atualmente ensina educação nutricional e administração de serviços de alimentação. Sobre o Dia Mundial do Alimento em 16 de outubro diz que "é muito grande a expectativa em torno da imagem que se quer dar a sociedade no que diz respeito a situação nutricional no mundo inteiro". (Luiz Roberto Nader)

"O brasileiro não é bem nutrido porque não tem como comprar alimentos. As estatísticas realizadas durante todos esses anos estão longe de apresentar um quadro nutricional satisfatório". Esta é a conclusão do professor Eduardo Queiroz, especialista nas áreas de Nutrição Humana e Nutrição em Saúde Pública, do Departamento de Medicina Complementar da Universidade de Brasília.

O problema está a nível de decisão política. O professor Alberto Carvalho da Silva, titular de fisiologia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, em recente artigo à revista *Ciência Hoje*, afirma que a causa principal da desnutrição nos centros urbanos tanto do Nordeste, como de outras regiões, "é a renda monetária insuficiente para fazer face ao custo da alimentação".

Um exemplo retirado do estudo realizado pelo IBGE em 1975: o consumo de alimentos nas cidades-satélites de Brasília é de 367 gramas por dia, ou seja, menos da metade do mínimo de 1000 gramas por dia necessários. "Um verdadeiro milagre de sobrevivência", como diz o jornalista Bernardo Kucinski em outro artigo. Também na

O trabalhador passa fome por falta de dinheiro

As seis crianças da viúva Antônio Cândido de Castro estão passando fome. O salário mínimo que D. Antônio ganha como jardineira da UnB permite a sua família apenas duas refeições por dia. Assim como a família de D. Antônio, muitas outras que também vivem do salário mínimo, estão passando fome, por falta de poder aquisitivo. A situação se agrava cada vez mais com os salários reduzidos pela inflação.

D. Antônio, diante da crise econômica, se viu obrigada a reduzir seus gastos, e comprar somente o necessário para a sobrevivência de seus filhos. Sua lista de compras é composta de: arroz, feijão, óleo, e "verduras que são mais baratas que a carne". Ovos e leite já não fazem parte da sua alimentação, há alguns meses. As compras são feitas no supermercado Brasileira, na Ceilândia, e na Cobal da Rodoviária, onde diz encontrar melhores preços em relação a outros supermercados.

D. Antônio só veste as crianças quando sai o décimo terceiro. Sua situação até que não é das piores, pois possui barraco próprio herdado do falecido marido, não tendo que pagar aluguel como a maioria dos demais trabalhadores de salário mínimo. Sua grande esperança é melhorar de salário para poder nutrir melhor a sua família. E o seu grande medo é perder o emprego, pois a firma para qual trabalha, APECE Serviços Gerais Ltda, na UnB, pode eventualmente perder a concorrência. Sem emprego, D. Antônio e a sua família, para evitar a fome total, terão que viver de caridade. (Glória Carvalho)

área rural, como destaca o professor Carvalho da Silva o trabalhador assalariado está submetido a uma situação semelhante à do trabalhador urbano, agravada ainda, pelas constantes mudanças de emprego. "A pobreza, definida pela baixa renda, o reduzido nível de instrução formal, a marginalização no processo político e a exclusão dos benefícios do desenvolvimento social e econômico, tornam as famílias extremamente vulneráveis às más condições de saneamento, saúde e nutrição".

O documento do último seminário sobre Desnutrição em Saúde Pública no Brasil, realizado pela Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, é mais preciso: "Grande parte dos pequenos agricultores marginalizados dos incentivos governamentais, trabalhando com técnicas rudimentares, acham-se incapacitados de gerar uma renda mensal equivalente a 1 salário mínimo. Setenta e oito por cento das terras cadastradas pelo INCRA são latifúndios, e, em 1976, praticamente todo o crédito agrícola foi investido na grande empresa agrícola, voltada para exportação".

Soluções Paliativas

Existem órgãos específicos

dentro dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, do Trabalho, da Previdência Social e da Educação e Cultura responsáveis por programas assistencialistas de suplementação alimentar. Nenhum deles, segundo o prof. Eduardo Queiroz, são abrangentes o bastante para resolver o problema. "Esses programas cumprem finalidades bem limitadas, como distribuição de alimentos, vitaminas, iodatação do sal, beneficiando faixas muito restritas da população. Necessitamos de mudanças estruturais, como reforma agrária, redistribuição de renda, etc".

Ainda segundo o professor Queiroz, "se tratassem a água não haveria a esquistossomose, se dessem moradia decente, não haveria a doença de Chagas. O governo vem investindo milhões na área de tratamento clínico de pacientes historicamente desnutridos, que volta e meia, retornam com outro problema, gerando mais gastos para o Estado. Por que não investir na prevenção?" pergunta o professor. Se isto fosse feito, "as incidências clínicas diminuiriam consideravelmente, capacitando indivíduos mais produtivos e saudáveis".

(Lavina Ribeiro)

Salário Mínimo: a lei não é cumprida

"Salário Mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte". (Decreto-lei nº 5.452, 1º/05/1943).

"Na parte que corresponde à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros devidamente aprovados e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto". (Art. 81 § 1º).

"O salário mínimo uma vez fixado vigorará pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser modificado ou confirmado por novo período de 3 (três) anos, e assim sucessivamente, por decisão da respectiva comissão de salário mínimo aprovada pelo Ministério do Trabalho". (Art. 116 § 1º).

"Sempre que em uma região ou zona, se verificarem diferenças de padrão, de vida, determinadas por circunstâncias econômicas de caráter urbano, suburbano, rural ou marítimo, poderá o Ministro do Trabalho, mediante proposta da respectiva comissão de salário mínimo e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, autorizá-la a subdividir a região ou zona, de acordo com tais circunstâncias (Art. 86).

Tomando por base o decreto 88.267 de 30 de abril de 1983 e tabela fornecida pelo Ministério do Trabalho de Brasília podemos verificar que o salário mínimo varia de região para região, sendo o mais alto de Cr\$ 34.776,00 válido para a região Sul-Sudeste e Distrito Federal ao mais baixo de 30.600,00 para os demais Estados.

O percentual deste salário é subdividido nos itens: Alimen-

tação (50%) que varia segundo a região, chegando até 56%, como no Estado de Alagoas; Habitação (de 25% até 34%) como no Estado de Sergipe; Vestuário (8% até 23%) como no Estado do Amazonas, Rondônia e Território Federal de Roraima; Higiene (varia de 4% a 9%) no Estado do Acre; Transporte (varia de 6% nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é nulo).

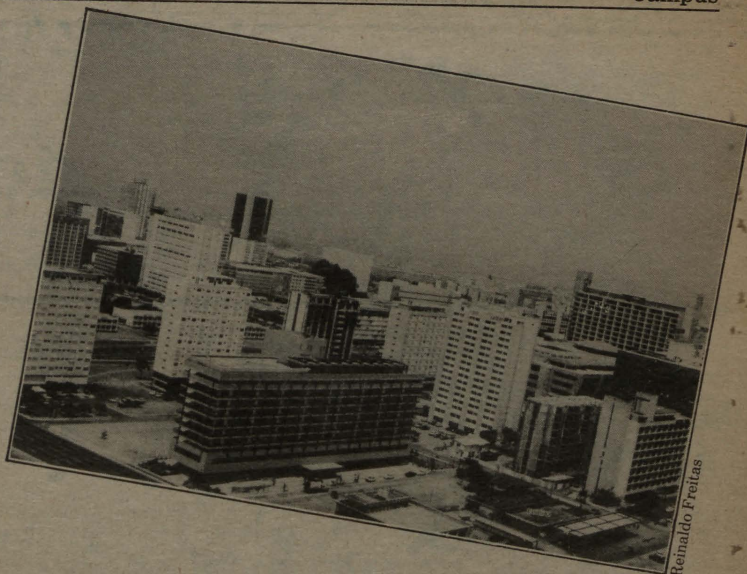
No DF, tendo o percentual de 50% do salário mínimo destinado aos gastos de alimentação segundo o tecnocrata do Ministério do Trabalho, o trabalhador não poderá gastar mais que Cr\$ 17.388,00 para sua refeição e de sua família durante o mês. Aos preços de hoje isso daria para comprar mensalmente 30 sacos de leite (4.350,00), 120 pães (quatro por dia) (2.880,00), 10 quilos de arroz (3.370,00), 5 quilos de feijão (2.800,00) uma dúzia de ovos a 450,00 e uns dois quilos de carne a 3.538,00. Se esta alimentação fosse fornecida para um casal com dois filhos, seria insuficiente, sob o ponto de vista protéico e calórico.

Segundo fontes do Ministério do Trabalho, esta cesta de alimentação do trabalhador do salário mínimo possui apenas 78 calorias por capita. O mínimo para o homem é de 3 mil e para a mulher de 2.2 mil.

Nutricionistas afirmam que para um adulto com 60 quilos de peso, seriam necessários 48 gramas de proteínas diárias e essa refeição acima só oferece 34 gramas. Ela é deficiente inclusive para crianças em fase de crescimento. Nutricionistas lembram ainda do custo do gás para cozinhar todos esses alimentos, o qual não é previsto no cálculo do salário-mínimo. (Saritá Costa Lima)



Márcia Suyane



Reinaldo Freitas

Chegar aqui com toda a esperança. No burburinho da construção, os mais ousados, os pioneiros. Nós outros, menos atirados, mais tarde, com as coisas encaminhadas. O cerrado brabo, o Brasil olvidando um pouco o Cristo de braços abertos para a Europa (dizem que é sobre a Guanabara), se virando, finalmente, para si mesmo. Fosse como fosse, momento histórico: América colonizada, de repente, apalpando o próprio coração. E nós chegando, nós vindo, nós acreditando. Povoamos a terra inóspita, expulsamos os guarás, assentamos nossos palácios, estendemos por todo lado nossas artérias futuristas. Na Cidade Livre, fizemos o amor e a morte. Brigamos com as GEBs e plantamos Flamboaiás e barrigudas, com vergonha das retorcidas árvores do cerrado. A idéia era ficar por ali na W-3 Sul, se não pelo conforto, ao menos pelo orgulho de escrever pra Garanhos

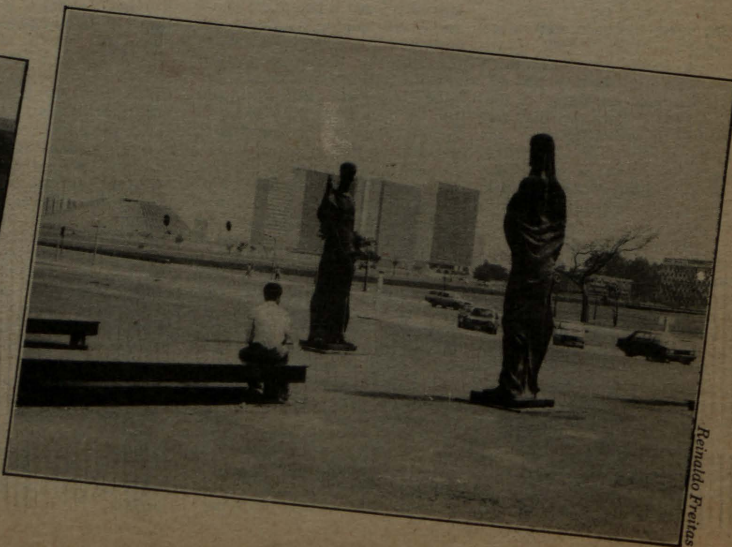
e botar no remetente um endereço tão ano 2000. A idéia era criar os filhos nas superquadras, sem precisar de atravessar as ruas pra ir às escolas. A idéia era ter condução para o trabalho, ter trabalho, ir levando a vida, devagar como em Minas, numa boa como no Rio, entre gente como no Nordeste. Era a idéia...

Acabou que fomos parar nas distantes satélites, longe do trabalho, a condução custando os olhos da cara. Acabou que fomos viver em casas de pombos, tendo que plantar de novo nossas árvores, fazer novas amizades, construir outra vez nosso ninho. Vida dura, não? Mas o que se há de fazer, a não ser refazer? Refizemos. A vida voltou, no que pôde, a ser vida, até que, outro terremoto nos obrigue a novo refazer. E, daquilo que disseram ser para nós, ficaram algumas fotos. Já dá pra mostrar às crianças. (William Santiago)

Texto de William Santiago



Márcia Suyane



Reinaldo Freitas